



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

07/02/2018

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. CEMULHER.....	1
1.2. CNJ.....	2
1.3. CONVÊNIOS.....	3
1.4. DESEMBARGADOR.....	4
1.5. PRESIDÊNCIA.....	5
2. JORNAL O PROGRESSO	
2.1. CNJ.....	6
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	7
3.2. CNJ.....	8
3.3. PRESIDÊNCIA.....	9

Juíza auxiliar do
CNJ avalia projetos
da Cemulher

oestadoma.com/441264

Juízes e servidores conhecem programa que monitora prisões

Treinamento foi iniciado ontem e prossegue hoje sobre programa do Conselho Nacional de Justiça que padronizará e controlará nacionalmente ordens judiciais no âmbito penal; participantes conhecerão teoria e prática do BNMP

Divulgação

Juízes e servidores de unidades Criminais, de Execução Penal e Família do Judiciário maranhense participam - ontem e hoje - no Fórum de São Luís, no Calhau, de um treinamento sobre o novo programa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que padronizará e controlará nacionalmente ordens judiciais no âmbito penal. A equipe de juízes e técnicos foi recebida pela Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e está sendo acompanhada pela juíza auxiliar, Lidianie Melo de Sousa.

Em dois dias, os participantes do treinamento conhecerão a teoria e prática para utilização do programa Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP versão 2.0), desenvolvido pelo CNJ com base em sugestões e informações de magistrados estaduais de todo o país. Por ele, atos como mandados de prisão e alvarás de soltura terão uma numeração única nacional, o que permitirá o acesso do magistrado a um Cadastro Nacional de Presos e ter informações completas dos casos e dos presos.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, destacou a importância do sistema. "É muito importante receber os juízes auxiliares do Conselho Nacional de Justiça para essa capacitação que atende aos interesses do Poder Judiciário e permite um controle mais preciso e aprimorado de prisões", ressaltou o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

De acordo com o juiz Marcelo Mesquita, que é um dos responsáveis pelo treinamento no Judiciário do Maranhão, o BNMP 2.0 é uma ferramenta definitiva. "Não se trata de mais um cadastro do CNJ, como tantos outros que já foram feitos, mas sim uma ferramenta que vai gerar conhecimento, transformando dados em informações confiáveis", declarou, ressaltando a participação dos magistrados em sua concepção. "Todas as sugestões e necessidades foram discutidas e assimiladas. É um



Participantes do treinamento sobre novo programa do Conselho Nacional de Justiça ocorrido ontem

“Todas as sugestões e necessidades foram discutidas e assimiladas. É um programa que veio para ficar e será de enorme utilidade para o controle carcerário”

JUIZ MARCELO MESQUITA
Um dos responsáveis pelo treinamento

**Magistrados
terão acesso
cadastro de presos**

**Cadastro Nacional
trará mais
segurança**

programa que veio para ficar e será de enorme utilidade para o controle carcerário”, completou.

A juíza Fátima Alves, que integra a equipe do CNJ, comentou sobre o cenário atual de gestão dessas informações e do benefício que o BNMP 2.0 trará ao Judiciário. “O Judiciário possui hoje apenas dados sobre o sistema prisional. Mas ainda não se dispõe de um cadastro nacional de presos. Isso gera informações contraditórias, fragilidade na gestão dos dados prisionais. Não se tem, hoje, como responder a

questões como: quantos presos existem hoje? Por que estão presos? E até quando vão estar presos?”, afirmou.

O Banco Nacional de Monitoramento de Prisões possibilita o registro e a consulta de informações sobre mandados de prisão e alvarás de soltura, com monitoramento das ordens de prisão expedidas pelo Judiciário e controle do cumprimento de mandados em âmbito nacional e em tempo real, permitindo, assim, a criação de um Cadastro Nacional de Presos. Para o CNJ, o Cadastro Nacional trará mais segurança para a sociedade e eficiência para o Judiciário, já que todas as informações sobre pessoas procuradas pela Justiça ou presas em Estados diversos estarão, agora, integradas.

Segundo a juíza auxiliar da Presidência, Lidianie Melo, a estimativa do TJMA é que o BNMP 2.0 seja implementado no Maranhão a partir de março deste ano.●

MEDIAÇÃO & ARBITRAGEM

Acompanhado do vice-presidente para Assuntos Tributários, Antônio Gaspar, e o do presidente da Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial do Maranhão – CBMAE, advogado Ivaldo Praddo, o presidente Felipe Mussalém visitou o recém empossado Presidente do TJMA, Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

Na ocasião, foram discutidos meios para reforçar a parceria entre a CBMAE e o TJMA na disseminação dos métodos alternativos de resolução de conflitos. A parceria inclui ainda ações para a redução da demanda processual nas Varas Cíveis, da Fazenda Pública e de Família, a partir da identificação de processos que possam vir a ser resolvidos pelo sistema de mediação.

Estiveram na reunião, também, o presidente do



O presidente da ACM, Felipe Mussalém, em visita ao presidente do TJ-MA, Des. Joaquim F. dos Anjos.

Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupecon) e ouvidor do TJMA, desembargador José Luiz Almeida e o diretor-geral do TJ, Mário Lobão.



DESEMBARGADOR dos mais queridos deste Estado, Cleones Carvalho Cunha, que é natural de Tuntum, comemora os seus bem vividos 60 anos, no próximo sábado, com um churrasco em clima de Carnaval, a partir das 11h, na Associação dos Magistrados do Maranhão (atrás do Banco do Brasil da Avenida dos Holandeses)

Encontro no TJMA

Na manhã de ontem, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, recebeu em seu gabinete representantes da direção do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia. Durante a reunião, eles trataram de questões relacionadas à sistemática de pagamento de custas processuais pelas instituições bancárias. Pelo Banco do Nordeste, participaram o superintendente José Expedito, o gerente jurídico Osvaldo Paiva e o gerente executivo Gerson Alves, além de Allanilsoin Oliveira, gerente de Negócios, e Thiago Boucinhas, assessor jurídico. Os advogados Carlos Alberto Braga Diniz e Adriana Silva Rabelo representaram o Banco da Amazônia na reunião, que contou ainda com a presença do diretor-geral do TJMA, Mário Lobão.

Juízes e servidores do TJMA conhecem programa do CNJ para monitorar prisões

Juízes e servidores de unidades Criminais, de Execução Penal e Família do Judiciário maranhense participam, nesta terça e quarta-feira (dias 6 e 7), no Fórum de São Luís, no Calhau, de um treinamento sobre o novo programa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que padronizará e controlará nacionalmente ordens judiciais no âmbito penal. A equipe de juízes e técnicos foi recebida pela Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e está sendo acompanhada pela juíza auxiliar, Lidianne Melo de Sousa.

Em dois dias, os participantes do treinamento conhecerão a teoria e prática para utilização do programa Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP versão 2.0), desenvolvido pelo CNJ com base em sugestões e informações de magistrados estaduais de todo o país. Por ele, atos como mandados de prisão e alvarás de soltura terão uma numeração única nacional, o que permitirá o acesso do magistrado a um Cadastro Nacional de Presos e ter informações completas dos casos e dos presos.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figuei-

redo dos Anjos, destacou a importância do sistema. "É muito importante receber os juízes auxiliares do Conselho Nacional de Justiça para essa capacitação que atende aos interesses do Poder Judiciário e permite um controle mais preciso e aprimorado de prisões", ressaltou o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

De acordo com o juiz Marcelo Mesquita, que é um dos responsáveis pelo treinamento no Judiciário do Maranhão, o BNMP 2.0 é uma ferramenta definitiva. "Não se trata de mais um cadastro do CNJ, como tantos outros que já foram feitos, mas sim uma ferramenta que vai gerar conhecimento, transformando dados em informações confiáveis", declarou, ressaltando a participação dos magistrados em sua concepção. "Todas as sugestões e necessidades foram discutidas e assimiladas. É um programa que veio para ficar e será de enorme utilidade para o controle carcerário", completou.

A juíza Fátima Alves, que integra a equipe do CNJ, comentou sobre o cenário atual de gestão dessas informações e do benefício que o BNMP 2.0 trará ao Judiciário. "O Ju-

Ribamar Pinheiro



Com o programa, a gestão de informação do sistema carcerário será integrada para acesso de todos os magistrados brasileiros

dicário possui hoje apenas dados sobre o sistema prisional. Mas ainda não se dispõe de um cadastro nacional de presos. Isso gera informações contraditórias, fragilidade na gestão dos dados prisionais. Não se tem, hoje, como responder a questões como: quantos presos existem hoje? Por que estão presos? E até quando vão estar presos?", afirmou.

O Banco Nacional de Monitoramento de Prisões possibilita o registro e a consulta de informações sobre mandados de prisão e alvarás de soltura, com monitoramento das ordens de prisão expedidas pelo Judiciário e controle do cum-

primento de mandados em âmbito nacional e em tempo real, permitindo, assim, a criação de um Cadastro Nacional de Presos. Para o CNJ, o Cadastro Nacional trará mais segurança para a sociedade e eficiência para o Judiciário, já que todas as informações sobre pessoas procuradas pela Justiça ou presas em Estados diversos estarão, agora, integradas.

Segundo a juíza auxiliar da Presidência, Lidianne Melo, a estimativa do TJMA é que o BNMP 2.0 seja implementado no Maranhão a partir de março deste ano. (Assessoria de Comunicação do TJMA)

Informe JP

34 itens

Será realizada hoje (7) a primeira Sessão Plenária Administrativa de 2018 do Tribunal de Justiça. Presidida pelo desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, a sessão tem em sua agenda 34 itens para serem apreciados. A sessão começará às 9h, com tolerância de 30 min. A transmissão é ao vivo pela Rádio Web Justiça do Maranhão. Além do acesso pelo Portal do Poder Judiciário, estão disponíveis para smartphones os aplicativos da rádio para iOS (App Store) e Android (Play Store). Para baixá-los, basta buscar nas lojas por “Rádio TJMA”.

A agenda da sessão pode ser consultada no link “Sessões Administrativas” na área de Serviços da página principal do site do TJMA.

Programa do CNJ vai ajudar no controle carcerário do país

Juizes e servidores de unidades Criminais, de Execução Penal e Família do Judiciário maranhense participam, ontem e hoje (6 e 7), no Fórum de São Luís, de treinamento sobre o novo programa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que padronizará e controlará nacionalmente ordens judiciais no âmbito penal. A equipe de juizes e técnicos foi recebida pela Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e está sendo acompanhada pela juíza auxiliar, Lidianie Melo de Sousa.

Em dois dias, os participantes conhecerão a teoria e prática para utilização do programa Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP versão 2.0), desenvolvido pelo CNJ com base em sugestões e informações de magistrados estaduais de todo o país. Por ele, atos como mandados de prisão e alvarás de soltura terão uma numeração única nacional, o que permitirá o acesso do magistrado a um Cadastro Nacional de Presos e ter informações completas dos casos e dos presos.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo, destacou a importância do sistema. “É

importante receber os juizes auxiliares do Conselho Nacional de Justiça para essa capacitação que atende aos interesses do Poder Judiciário e permite um controle mais preciso e aprimorado de prisões”, ressaltou.

De acordo com o juiz Marcelo Mesquita, que é um dos responsáveis pelo treinamento no Judiciário do Maranhão, o BNPM 2.0 é uma ferramenta definitiva. “Não se trata de mais um cadastro do CNJ, mas sim de uma ferramenta que vai gerar conhecimento, transformando dados em informações confiáveis”, declarou. “É um programa que será de enorme utilidade para o controle carcerário”, completou.

A juíza Fátima Alves, que integra a equipe do CNJ, comentou sobre o cenário atual de gestão dessas informações e do benefício que o BNMP 2.0 trará ao Judiciário. “O Judiciário possui hoje apenas dados sobre o sistema prisional. Mas ainda não se dispõe de um cadastro nacional de presos. Isso gera informações contraditórias, fragilidade na gestão dos dados prisionais. Não se tem, hoje, como responder a questões como: quantos presos existem hoje? Por que estão presos? E até quando vão estar presos?”, afirmou.

Informe JP

Miudinhas

- O presidente do TJMA, desembargador José Joaquim Figueiredo, afirmou que “a Lei de Inclusão representa um grande avanço para a cidadania, por garantir os direitos de pessoas com deficiência, inserindo-as na sociedade.”
- O desembargador assinou portaria criando, no âmbito do Poder Judiciário, uma comissão com a atribuição de implementar programas pedagógicos de treinamento e capacitação dos servidores e magistrados, no que tange à inclusão das pessoas com deficiência, no âmbito da Justiça Estadual.